

DOI: 10.15175/1984-2503-20157209

LITURATERRA [Resenha: 2015,2]: La Governance. Un outil de participation, de André-Jean Arnaud

Arnaud, André-Jean. *La Governance. Un outil de participation*, Collection Les Petits Manuels Droit et Societé. Preface de Laure Ortiz, Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence (LGDJ)/Lextenso Éditions, 2014, 324p.

Gizlene Neder¹

LITURATERRA [Resenha: 2015,2]

As resenhas e passagens literárias em *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* são editadas na seção cujo título apropriado é LITURATERRA.

Trata-se de um neologismo criado por Jacques Lacan², para dar conta dos múltiplos efeitos inscritos nos deslizamentos semânticos e jogos de palavras tomando como ponto de partida o equívoco de James Joyce quando desliza de *letter* (letra/carta) para *litter* (lixo), para não dizer das referências a *Lino*, *litura*, *liturarios* para falar de história política, do Papa que sucedeu ao primeiro (Pedro), da cultura da *terra*, de estética, direito, literatura, inclusive jurídicas – canônicas e não canônicas – ainda e quando tais expressões se pretendam distantes daquelas religiosas, dogmáticas, fundamentalistas, para significar apenas dominantes ou hegemônicas.

LITURATERRA [Reseña: 2015,2]

Las reseñas e incursiones literarias en *Passagens: Revista Internacional de Historia Política y Cultura Jurídica* son publicadas en una sección apropiadamente titulada LITURATERRA.

Se trata de un neologismo creado por Jacques Lacan para dar cuenta de los múltiples efectos introducidos en los giros semánticos y juegos de palabras que toman como punto de partida el equívoco de James Joyce cuando pasa de *letter* (letra/carta) a *litter* (basura), sin olvidar las referencias a *Lino*, *litura*, *liturarios* para hablar de historia política, del Papa que sucedió al primero (Pedro), de la cultura de la *terre* (tierra), de estética, de derecho, de literatura, hasta jurídica - canónica y no canónica. Se da prioridad a las contribuciones distantes de expresiones religiosas, dogmáticas o fundamentalistas, para no decir dominantes o hegemónicas.

¹ Professora do Departamento de História da UFF. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (desde 2004) e no Programa de Pós-Graduação em História Social (desde 1987). Atua dentro do campo dos estudos da história política, história do direito e da cultura jurídica. Editora de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. E-mail: gizlene@superig.com.br

² Lacan, Jacques (2003). *Outros Escritos*. Tradução Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles, Rio de Janeiro: Zahar, p. 11-25. [Lacan, Jacques (2001). *Autres Écrits*, Paris: Éditions de Seuil]

LITURATERRA [Review: 2015,2]

The reviews and literary passages in *Passagens. International Journal of Political History and Legal Culture* are published in a section entitled LITURATERRA [Lituraterre]. This neologism was created by Jacques Lacan³, to refer to the multiple effects present in semantic slips and word plays, taking James Joyce's slip in using *letter* for *litter* as a starting point, not to mention the references to *Lino*, *litura* and *liturarius* in referring to political history, to the Pope to have succeeded the first (Peter); the culture of the *terra* [earth], aesthetics, law, literature, as well as the legal references – both canonical and non-canonical – when such expressions are distanced from those which are religious, dogmatic or fundamentalist, merely meaning 'dominant' or 'hegemonic'.

LITURATERRA [Compte rendu: 2015,2]

Les comptes rendus et les incursions littéraires de la Revue internationale d'histoire politique et de culture juridique *Passagens* sont publiés dans une section au titre on ne peut plus approprié, LITURATERRA. Il s'agit d'un néologisme proposé par Jacques Lacan pour rendre compte des multiples effets inscrits dans les glissements sémantiques et les jeux de mots, avec comme point de départ l'équivoque de James Joyce lorsqu'il passe de *letter* (lettre) à *litter* (détritus), sans oublier les références à *Lino*, *litura* et *liturarius* pour parler d'histoire politique, du Pape qui a succédé à Pierre, de la culture de la terre, d'esthétique, de droit, de littérature, y compris juridique – canonique et non canonique. Nous privilégierons les contributions distantes des expressions religieuses, dogmatiques ou fondamentalistes, pour ne pas dire dominantes ou hégémoniques.

文字国 [图书梗概:2015,2]

PASSAGENS电子杂志在“文字国”专栏刊登一些图书梗概和文学随笔。PASSAGENS—国际政治历史和法学文化电子杂志开通了“文字国”

专栏。“文字国”是法国哲学家雅克·拉孔的发明，包涵了语义扩散，文字游戏，从爱尔兰作家詹姆斯·乔伊斯的笔误开始，乔伊斯把letter (字母/信函)写成了litter (垃圾)，拉孔举例了其他文字游戏和笔误，lino, litura, liturarios, 谈到了政治历史，关于第二个教皇(第一个教皇是耶稣的大弟子彼得)，关于土地的文化 [Cultura一词多义，可翻译成文化，也可翻译成农作物]，拉孔联系到美学，法学，文学，包括司法学—古典法和非古典法，然后从经典文本延伸到宗教，教条，原教旨主义，意思是指那些占主导地位的或霸权地位的事物。

³ Lacan, Jacques (2003). *Outros Escritos*. Translation by Vera Ribeiro; final version by Angelina Harari and Marcus André Vieira; edited by André Telles, Rio de Janeiro: Zahar, p. 11-25. [Lacan, Jacques (2001). *Autres Écrits*, Paris: Éditions de Seuil]

Arnaud, André-Jean. *La Governance. Un outil de participation*, Collection Les Petits Manuels Droit et Société. Preface de Laure Ortiz, Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence (LGDJ)/Lextenso Éditions, 2014, 324p.

Gizlene Neder

Um grande livro, este “pequeno manual” de André-Jean Arnaud é o que o leitor tem em mãos ao empreender sua leitura.

O livro está inserido na *Collection Les Petist Manuels Droit et Societé* (Coleção Os Pequenos Manuais Direito e Sociedade), publicada pela prestigiosa editora, e muito antiga, LGSJ/Extenso Éditions. De fato, LGSJ (Librairie Général de Droit e Jurisprudence), criada em 1836, é hoje administrada pela Extenso Éditions, em Paris.

O tema do livro é atualíssimo: governação e participação.

Somos brindados com uma reflexão densa que emergente de síntese de leituras extensas e aprofundadas sobre o tema, realizadas por um pensador arguto e cuja trajetória condensa várias características afortunadas para execução deste empreendimento intelectual.

Em primeiro lugar, a nacionalidade por assim dizer “atlântica” de André-Jean Arnaud, porque vivenciada nas duas margens do Atlântico entre a França e o Brasil. Evidentemente o raio de recepção e das múltiplas apropriações não fica na mera fronteira destes dois países (o de seu nascimento, a França e o de adoção, o Brasil). André-Jean Arnaud, ao alargar sua experiência intelectual para o Brasil, apropria discussões há muito presentes no mundo ibero-americano: a relação entre poder civil e soberania, por exemplo, é um destes temas. O tema já aparecia nas confrontações entre as monarquias absolutistas do século XVI e o Papado. E naquele contexto histórico, as confrontações implicaram as tratativas do monarca inglês, Henrique VIII, para questionar e enfraquecer o poder do Papado romano. Este, por sua vez, encomendou a Francisco Suarez, teólogo político que atuou na Espanha, onde nasceu e se formou, e Portugal, onde exerceu ensino na Universidade de Coimbra por quase vinte anos. Do ponto de vista da

construção social de diferenciações históricas entre as duas perspectivas de modernidade ocidental (a modernidade anglo-saxã e a modernidade latina, ibérica), parece-nos que o autor intui um ponto de inflexão que está a ecoar as escolhas políticas mais antigas e contemporâneas no que se refere ao tema da governação e da participação.

O que torna o livro muito interessante para nós, seus leitores brasileiros, é que ao longo do livro é exatamente esta inflexão, sendo possível identificar um diálogo subjacente entre o autor, oriundo do campo intelectual francês, com o campo político anglo-saxão, como no trecho que destacamos onde se lê logo na primeira frase da Introdução, no subtítulo “Contexto de nascimento e especificidade do conceito na cultura americana” (*Contexte de naissance et spécificité d concept dans la culture américain*): “É necessário que se diga, pelo menos para nós, que se trata de um termo importado” (p. 7) – quer dizer: nós franceses! Iluminamos a expressão “pelo menos para nós”, onde ocorre a observação posicionada de André-Jean Arnaud. Ou seja, o conceito apareceu em uma “outra” cultura política, a cultura anglo-saxã. Historicamente, o conceito remonta às ferrovias e aos *pioneers* que invadiram o *farwest* norte-americano em meados do século XIX.

Não somente no lapso referente à diferenciação do “nós e eles” (os anglo-saxões) podemos destacar o olhar posicionado do autor ao delimitar a história do conceito de governação. André-Jean Arnaud aponta a diferenciação (inclusive em relação à matriz inglesa) implicada na forma histórica norte-americana na origem mesmo do termo governação. Nos EUA, dada uma recepção mais radical que a matriz inglesa da perspectiva lockiana, o poder civil (e suas implicações religiosas calvinistas) atuaria no sentido de uma maior mobilização da comunidade face ao poder do Estado. Constitui o que os analistas políticos consideram uma sociedade civil forte, face ao Estado, este sim, lugar institucional mais conhecido de implementação de políticas públicas. Portanto, a participação do poder civil, da comunidade de cidadãos, confere sustentação da governação de auto-gestão. A explicação é antiga e pode ser encontrada em outros estudos que tratam da história da presença inglesa (e seu eminente pensador do século XVII, John Locke) na América do Norte (Cf. Barrington Moore Jr.⁴, por exemplo). Do mesmo modo, podemos lembrar a percepção aguda e direta desta problemática pelas lentes da Arte. No filme *Dogville* (2003) de Lars von Trier, uma comunidade politicamente

⁴ Moore, Jr. Barrington (1983) *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

participativa é enfocada; no papel principal Nicole Kidman, que desempenha a personagem da forasteira confrontada com o dogmatismo (religioso e político) desta comunidade, autogerida, autônoma e, nem por isso, democrática...

Governança e participação (da sociedade), este o tema do livro de André-Jean Arnaud que se constitui de fato em uma “ferramenta”, tal como o subtítulo dado pelo autor quer sugerir. Isso porque a participação está pensada em extensão para a questão do poder e suas relações com as sociedades em nossa contemporaneidade e suas complexidades. Vale dizer, em tempos de integração regional (Comunidade Europeia, Mercosul – duas experiências destacadas e analisadas por André-Jean Arnaud); e em tempos de transparência e de participação política através de novas mídias, notadamente a *Internet*. Especialmente em relação à integração regional europeia, o livro em tela apresenta uma das melhores análises sobre o processo político de formação do bloco e de seus dispositivos legais.

A estrutura do “Manual” está bem encadeada e a linguagem em que foi escrita denota a intenção de atingir um público mais alargado do que aquele inscrito nos muros das instituições acadêmicas.

O livro abre com uma síntese claríssima da história do conceito de “governança”. A origem da palavra e seu emprego corrente através da hegemonia norte-americana desde fins da Segunda Guerra Mundial. Segue a esta abertura outra síntese também claríssima sobre os diversos autores e suas respectivas abordagens. A consideração feita pelo autor dos aspectos referidos à gestão participativa das grandes empresas multinacionais não deixou de pontuar a trajetória acadêmica dos autores norte-americanos que tratam do assunto. Contudo, o estilo do “Manual” está longe de se apresentar, neste aspecto, como uma compilação de resenhas. André-Jean-Arnaud pondera, como bem o fazem os grandes pensadores, a contribuição e a validade de cada livro sobre governança e participação por ele citado. Com isso, voltamos à colocação inicial de que estamos, de fato, diante de um bom livro (que chamamos “grande”, porque inserido numa coleção cujo título é “Pequenos Manuais”).

Em tempos de controle e participação das grandes corporações econômicas (chamadas “multinacionais”), expandidas e internacionalizadas (pelo processo nomeado de “globalização da economia capitalista”) apresenta-se uma conjuntura de relativo esvaziamento dos Estados Nacionais. As grandes empresas do capitalismo monopolista

(neoliberais?!), através a hegemonia do capital financeiro, “abrem” seu capital. “Abrem” também seu controle político através da institucionalização da participação de conselheiros que conferem contas e planos de gestão. Aqui, o autor parece compartilhar a crença neoliberal de que este controle aberto das grandes empresas (transparente para usar expressão apresentada ao campo político no processo de abertura política encaminhado por M. Gorbachev nos anos 1980 na antiga URSS) possibilitaria, por sua vez, participação política do poder civil, tal como pensado pelos autores contratualistas do século XVII. No tempo histórico do século XVII, as disputas do poder civil (e de sua soberania) situavam-se antagonicamente à soberania real. No processo de construção e fortalecimento dos Estados europeus ocidentais, este pêndulo dicotômico (Estado *versus* sociedade civil) dirigiu os debates políticos nas duas margens do Atlântico. O protagonismo das grandes corporações conglomeradas (empresas multinacionais) implicou a construção de argumentos e teorizações (algumas delas até prevendo o fim do Estado). Contudo, não retiraram da cena política o problema do poder (civil) e da soberania. Apenas vemos este debate deslocado para outro lugar de poder (as corporações multinacionais); sem desfazer o dilema.

Não foram poucos os autores do campo político e ideológico da esquerda (democrática e também da não democrática) que consideraram os processos de estatização das economias nacionais no século XX como meio caminho andado para uma maior participação social e mesmo socialização da economia. Com a não realização desta possibilidade histórica, seria o caso de pensarmos a contingência da participação do controle das empresas exercido pelos conselheiros das corporações multinacionais e refletir sobre suas reais possibilidades de participação política e social numa perspectiva democratizante de sua gestão. A empreitada de André-Jean Arnaud não denota uma tal aposta, em relação à participação política na governação no século XXI, pois vivemos tempos de ceticismo político.

O livro *A Governação: uma ferramenta para participação* condensa uma discussão acumulada, seja pelos campos dos estudos sobre Direito e Sociedade e estudos sobre o poder político, seja pelo autor, e, de fato, oferece uma ferramenta nada utópica sobre as possibilidades de participação política mais ampliada na governação que se queira republicana.